



Anos 90: Revista do Programa de Pós-

Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do
Sul
Brasil

Martins, Valter

Ecos de uma ditadura recente: entrevista com Carlos Fico

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 23, núm. 44,
diciembre, 2016, pp. 335-351

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574070210006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Ecos de uma ditadura recente: entrevista com Carlos Fico*

Resumo: Carlos Fico é professor de História do Brasil na Universidade Federal do Rio de Janeiro e atual coordenador da área de História da CAPES. Dedica-se ao estudo do Brasil Republicano com pesquisas sobre historiografia, ditadura militar, rebeliões populares e história política dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Mantém contato com o grande público através de textos e vídeos publicados em jornais, redes sociais e no seu blog Brasil Recent.

Palavras-chave: Ditadura militar brasileira. Cotidiano. Censura. Repressão.

Entrevistador 1: Bom dia, Carlos! Obrigado por conversar com a gente sobre um período não tão distante, mas que ecoa fortemente no tempo presente. Como auxiliares das ditaduras, tanto de direita quanto de esquerda, temos o uso da propaganda e da censura. Quanto à censura na ditadura militar brasileira, se caracterizaram pelo menos duas, lembrando aqui seu texto publicado no livro *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois*¹, organizado por Daniel

* Entrevista realizada no dia 14/08/2014 após a conferência 1964: momentos decisivos, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNICENTRO/Iraty. A conferência integrava também a programação do VI Simpósio de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica da UNICENTRO. Entrevistador 1: Valter Martins (Doutor em História Social na Universidade de São Paulo – USP; Pós-Doutorado na Universidade de Campinas – UNICAMP; professor associado no Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO); 2: Fabrício Leal de Souza (Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo – USP); 3: Helio Sochodolak (Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Pós-Doutorado pela UNESP Assis); 4: Luiz Gustavo de Oliveira (Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM); 5: Clayton Ferreira (Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO).

Aarão e Marcelo Ridenti. Havia uma censura oficial, preocupada com a moral e os bons costumes, a nudez e os palavrões no teatro e no cinema... E uma outra censura, subterrânea, que infernizava as redações de jornal, os estúdios de rádio e assim por diante. Então, a pergunta é a seguinte: Havia uma disputa entre esses dois grupos da censura dentro do aparelho do estado? Ou elas tinham funções bem definidas e essa disputa não ocorria?

Carlos Fico: Acontecia. Havia censura de diversas públicas desde os anos quarenta, até mesmo antes dos anos quarenta. A censura ao teatro, por exemplo, é tradicional no Brasil e sempre existiu. Funcionava com base nas restrições aos chamados bons costumes, censurando o teatro, cinema, rádio, música e a televisão. Sempre funcionou assim, é anterior à ditadura militar. Mas, depois do AI-5, foi criado um sistema clandestino de censura política, centrado no gabinete do Ministério da Justiça, em um órgão secreto chamado SIGAB (Serviço de Informação do Gabinete), que tinha por incumbência principal a censura dos órgãos da imprensa. Isso foi novidade. Embora tenham existido, também, inclusive durante o período chamado democrático de 1945 a 64, vários episódios de censura da imprensa, até mesmo no governo de Juscelino Kubitschek. Porém, não era uma coisa sistemática. Depois do AI-5 houve essa sistematização e uma censura cotidiana. Nesse órgão, chegavam solicitações de diversas autoridades, governadores, comandantes militares etc., pedindo que determinado tema fosse censurado e não fosse noticiado nos jornais do dia seguinte. Esse órgão centralizava esses pedidos e decidia o que deveria ser censurado enviando a ordem para as redações de jornais. Eram chamadas de “proibições determinadas” e chegavam aos jornais por meio de bilhetes ou papéis não assinados, que ficaram conhecidos como “bilhetinhos”, além de telefonemas. Além desses bilhetes e telefonemas, havia em órgãos mais visados uma censura prévia. Ou seja, um censor ficava pessoalmente na redação dizendo o que deveria ser publicado ou não. Poucos órgãos tiveram censura prévia. Então, o que aconteceu com a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)? Essa divisão era anterior ao SIGAB e cuidava da nudez, palavrões, esse tipo de coisa, nas atividades de entretenimento: cinema, televisão, música etc. O que ocorreu foi que a DCDP passou a ser cobrada

pelo regime militar no sentido de coibir também as manifestações políticas nessas atividades de entretenimento. E, curiosamente, houve alguma resistência no interior da DCDP quanto a essa politização. Em vários relatórios, os diretores da DCDP diziam: “Nós não estamos habituados, nem aparelhados, nem treinados a fazer esse tipo de censura estritamente política”. E, portanto, havia restrições. No entanto, em vários momentos, houve colaboração. Peças de teatro, filmes etc., foram censurados pela DCDP, algumas vezes por motivações políticas. Então é por isso que eu digo que havia duas, e não uma censura durante o regime militar. A censura especializada no controle das atividades de entretenimento, centrada nas restrições de natureza moral, e a censura estritamente política. E muita gente fala: “A censura de diversões públicas também é política”. Claro que é, mas dá para distinguir perfeitamente uma da outra porque são órgãos distintos, pessoal distinto. A DCDP era legal, aprovada por lei e publicamente conhecida. Naquela época, antes dos filmes, dos programas de televisão, era exibido um certificado da censura da DCDP, autorizando com cortes ou sem cortes, classificando a atração como livre ou permitida para maiores de tantos anos. Enquanto a atividade da censura que eu chamo de estritamente política era clandestina, não havia normatização legal e, enquanto foi possível, a ditadura negou sua existência. Depois ela ficou óbvia, clara. Na medida do possível, as autoridades militares não falavam disso, negavam e censuravam sua própria atividade de censura política.

Entrevistador 1: E aquele episódio do *Estadão*, que publicavam receitas...

Carlos Fico: Esses são episódios quase folclóricos porque não houve grande resistência da imprensa contra essa censura. Não havia muito a fazer. Simplesmente chegavam aquelas proibições que algumas vezes diziam respeito aos confrontos entre a repressão e a luta armada, mas também havia proibições estranhas. Certa ocasião houve uma epidemia de meningite e a censura política proibiu qualquer notícia sobre isso, algo criminoso porque isso impedia medidas para evitar o contágio etc. Alguns órgãos da imprensa como o *Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O São Paulo*, da Arquidiocese de lá, e a revista *Veja*, em algumas ocasiões tentaram confrontar a censura, como essa conhecida história do Estadão publicar receitas

culinárias e trechos de *Os Lusíadas* de Camões nos espaços das matérias censuradas. Porém, isso não resultava em nada, serviu apenas para o folclore de autovalorização daquele jornal. Aliás, muitas pessoas, inclusive, escreviam para o jornal dizendo assim: “Que ótimo, vocês agora estão publicando poesias” ou “que boa essa receita”. Muitos leitores nem percebiam que aquilo era uma manifestação contra a censura. No cotidiano das redações, as proibições eram acatadas porque não havia o que fazer. O que você iria fazer? O jornalista, o editor que publicasse alguma coisa proibida no dia seguinte seria preso, perderia o emprego. Há colegas que chamam isso de autocensura. Não concordo. Acho que era uma coerção muito forte contra a qual não havia o que fazer.

Entrevistador 2: Com o conhecimento de nova documentação sobre o período como os dossiês norte-americanos, fichas e depoimentos, o que de novo há para ser descoberto sobre esse tema? Em que sentido novos documentos podem contribuir para ressignificar o golpe de 64 e a ditadura militar?

Carlos Fico: A documentação em tese está toda aberta. Graças à Lei de Acesso a Informação a gente chega com alguma dificuldade nesses documentos. Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade têm acesso mais facilitado a esses documentos, o que é um equívoco, mas provavelmente depois dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade outros documentos se tornarão mais acessíveis. No entanto, até agora, o Exército nega que exista um acervo de seu órgão de informações, que se chamava CIE (Centro de Informações do Exército), e também a Marinha, cujo centro de informações, CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), certamente possui um arquivo, mas os comandantes militares criminosamente se negam a abrir esses acervos. Exceto esses dois, os demais acervos de órgãos de informações estão em tese acessíveis. Pode dar muito trabalho, tem de ir à justiça, alguns privilégios são concedidos à Comissão Nacional da Verdade, equivocadamente, mas mal ou bem eles estão acessíveis. O que eu quero dizer é que a gente ainda conhece pouco essa documentação. Muitos jornalistas têm acesso e publicam aqueles episódios supostamente escandalosos ou mais chocantes. Mas o trabalho do historiador é minucioso, demanda tempo e a gente ainda tem pouco trabalho de historiador sistemático com todos esses

acervos. Ontem, na palestra, por exemplo, eu mencionei o trabalho da CGI (Comissão Geral de Investigações), que foi criada depois de 1968 para, supostamente, combater a corrupção de funcionários públicos que teriam enriquecido ilicitamente. É um acervo enorme, com muitas e muitas caixas, muitos e muitos dossiês. Recentemente um aluno meu fez um trabalho preliminar com esse acervo, mas ainda há muito o que pesquisar nele. É um órgão que foi ficando esquecido pelo próprio regime militar, então não sofreu o que normalmente esses acervos sofrem, que é o expurgo, a limpeza de documentos mais sensíveis. Há ainda muita coisa a se pesquisar. Nos Estados Unidos, nesse momento, o professor James Green, da Brown University, e o professor Sidnei Munhoz, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), estão trabalhando num projeto fantástico de digitalização do acervo documental norte-americano em relação à esse período. Boa parte já está online e em breve muitas outras coisas virão à luz. Então, assim como nos Estados Unidos, que tem o maior acervo em países estrangeiros sobre esse período, outros países também os possuem como Inglaterra e França. A gente tem tentado mapear e digitalizar essa documentação. Certamente muita coisa nova vai surgir, detalhes, sobretudo. Não creio que haverá grandes revelações chocantes, como gosta a imprensa. Mas, certamente, surgirão detalhes e uma visão mais precisa, inclusive sobre a atuação de determinadas pessoas porque o sigilo, não só no Brasil, como em outros países, na maioria dos casos, visa ocultar avaliações dos governos ou de autoridades públicas sobre personagens muito conhecidas: governadores, presidentes da república, senadores. Quando surgem essas passagens elas são tarjadas e esses documentos até são liberados, mas com essa ocultação que acontece no mundo inteiro, com prazos de sigilo de 10, 20, 30 anos. Passados esses prazos, tem sido possível a gente conhecer mais detalhadamente o período. Ainda há muito acervo para ser conhecido.

Entrevistador 3: Tenho lido Roberto Campos, especificamente sua produção no que diz respeito ao pensamento econômico da época em que esteve no governo Castelo Branco. Pude perceber que ele se mostrava muito autoritário em seus discursos. Na palestra o professor comentou que o autoritarismo ainda é uma característica da cultura política brasileira. O senhor também comentou

que, além da imprensa, segmentos sociais como industriais, latifundiários e parte da classe intelectual brasileira apoiou o Golpe Militar. Gostaria que o professor comentasse sobre o papel dos intelectuais no Golpe Militar, em especial os de postura autoritária, como Roberto Campos.

Carlos Fico: Não sei se Roberto Campos era um intelectual propriamente dito. Ele era um economista de direita, um homem muito conservador, que tinha uma visão da necessidade do apoio do capital estrangeiro ao desenvolvimento econômico brasileiro. Tem até uma biografia muito volumosa, não sei se tem dois ou três volumes², e sempre achei muito interessante, já li várias vezes essa biografia por dever de ofício, e é muito interessante confrontá-la com a biografia de Celso Furtado, que também era um economista, só que de esquerda, e tinha uma visão um pouco nacionalista da possibilidade de desenvolvimento do Brasil com base em uma poupança interna. Enfim, o confronto entre essas duas biografias é importante para visualizar como esses homens notáveis, ambos preocupados com o crescimento e o desenvolvimento do Brasil, tinham perspectivas muito diferentes. Roberto Campos teve essa atuação lamentável de apoiar o golpe, ainda como embaixador nos Estados Unidos, durante o governo João Goulart. Ele passava informações que não deveria passar para o governo norte-americano e depois apoiou o regime militar e se vangloriava disso, então é um personagem bastante controverso. Mas, eu não diria que ele é um intelectual, no sentido de uma reflexão mais profunda sobre o Brasil. Ele permanece em um campo mais restrito do pensamento econômico e, nessa esfera, é relativamente sofisticado, embora de viés conservador. Curiosamente, a ditadura militar teve muita dificuldade de se relacionar com os intelectuais. Eu digo “curiosamente” porque se a gente comparar com a outra ditadura brasileira - que foi a de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945 – o Estado Novo não teve dificuldades nesse aspecto. Vários intelectuais se relacionaram com a ditadura do Estado Novo, sobretudo nas margens do Ministério da Educação. Intelectuais famosos como Carlos Drummond de Andrade e outros tiveram um papel importante naquela ditadura. E o que talvez explique isso seja exatamente a força desse pensamento autoritário, que vem no mínimo da Primeira República.

Um texto famoso do Bolívar Lamounier, na coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, trata exatamente dessas raízes do pensamento autoritário do Brasil, segundo o qual seria necessário um governo forte e centralizador. Naquele quadro do Estado Novo muitos intelectuais aderiam, concediam ou pelo menos faziam vista grossa para o arbítrio do Estado Novo. Já durante o regime militar, foi difícil obter o apoio de alguns intelectuais. Isso foi conseguido durante o governo de Castelo Branco com a criação do Conselho Nacional de Cultura, uma ideia que lhe foi levada pelo Josué Montello, o famoso romancista. E Josué Montello conseguiu montar um colegiado espelhado no Conselho Federal de Educação para tratar da cultura brasileira. Também eram intelectuais com perfil conservador, como Gilberto Freyre, Ariano Suassuna e outros que definiam o destino de verbas públicas para projetos culturais, naquela visão bem tradicionalista da cultura brasileira, como alma do povo, folclore, preservação de costumes tradicionais, o coreto, a bandinha, essa leitura bastante simplista. Foi o máximo que eles realizaram porque a maior parte dos intelectuais – graças ao predomínio desses no campo da esquerda, notadamente no PCB – se posicionava contrariamente ao regime militar. Poucos intelectuais apoiaram explicitamente a ditadura, como Raquel de Queiroz, Gilberto Freyre e Josué Montello.

Entrevistador 3: Apoiaram o golpe, mas não as atividades...

Carlos Fico: Alguns apoiaram porque permaneceram no Conselho Federal de Cultura, por exemplo, permaneceram bastante tempo nos governos seguintes, até mesmo por conta dessa boquinha de definir verbas e tal. Mas, intelectuais mais renomados e respeitados publicamente não apoiavam. Esses poucos intelectuais interagiam de maneira envergonhada com o regime militar, diziam que estavam ali para prestar um serviço e sempre muito reticentes em relação à violência, à tortura. Atualmente, tenho um orientando que está fazendo uma tese de doutorado exatamente sobre o Conselho Federal de Cultura.

Entrevistador 4: Há alguma diferença em pensar o Golpe de 64 agora nos 50 anos em relação aos 40 ou 30? É possível afirmar que a Comissão Nacional da Verdade é o grande diferencial desse momento de reflexão?

Carlos Fico: Não. Há muita diferença, mas eu não diria que a Comissão Nacional da Verdade é a motivadora disso porque ela pouco aparece, pouca gente sabe que ela existe, o que é uma pena. É muito engraçado. Aconteceu nos 30 anos do golpe, em 1994: nós tentamos fazer alguns eventos e ninguém se interessava por isso, não aparecia ninguém, não tinha grande repercussão. Dez anos depois, em 2004, eu organizei um grande evento no Rio de Janeiro com um *pool* de instituições. Além da UFRJ, a UFF, o CPDOC, o Arquivo Nacional, mais outras instituições e fizemos um evento que foi uma loucura. Havia conferências na UFRJ, na UFF, na Fundação Getúlio Vargas e no CPDOC, todas lotadas, e trouxemos pesquisadores de várias partes do Brasil e do mundo. E o mais surpreendente foi que a imprensa acompanhou tudo de perto. *O Globo* e a *Folha de S. Paulo* publicavam matérias todos os dias sobre o que estava sendo discutido ali. Então notei que havia uma enorme diferença de 1994 para 2004. E o que teria acontecido para levar as pessoas a se debruçarem e a se interessarem mais sobre o tema? Portanto, bem antes da Comissão da Verdade. E isso está se repetindo agora em 2014, nos 50 anos. E eu prometo que nos 60 anos não falarei mais sobre esse assunto... Houve um grande crescimento do interesse social, é um tema que repercute muito socialmente. Claro que em função de questões polêmicas. Foi em 2004 que começaram a surgir, naquele seminário, algumas avaliações muito polêmicas de colegas nossos, segundo os quais, por exemplo, a luta armada não teria colaborado para o retorno a democracia. Por exemplo, a questão de que, naquele momento, em 1964, ninguém, nem na esquerda ou na direita, valorizava a democracia. Outro exemplo: a hipótese de que parte da esquerda em 1964 poderia, quem sabe, ser golpista, queria dar um golpe de esquerda. Essas questões são muito polêmicas. Todo mundo reage, sempre se posicionando de um lado ou de outro e, sobretudo, havia começado, em 1995, um ano depois dos 30 anos, a primeira medida da Justiça de Transição, que foi a criação da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos pelo Fernando Henrique Cardoso. E tem sempre a polêmica sobre encontrar os restos mortais dos guerrilheiros do Araguaia, que é um assunto que chama muita atenção. Então a questão da tortura, da busca

dos restos mortais, de saber se havia golpe de esquerda, se a luta armada ajudou a derrubar ou ajudou a prolongar a ditadura – todos foram temas muito polêmicos. Eu acho que essas controvérsias é que explicam o interesse das pessoas. Também uma última coisa: uma visão um pouco romântica da juventude em relação àquele período. Tivemos, por exemplo, o *impeachment* do Collor e, mais recentemente, as manifestações de junho de 2013 e muita gente faz essa analogia: “Então naquela época teve luta armada, teve resistência democrática e agora nós estamos retomando isso”. São visões românticas cíclicas que surgem sempre quando a gente é jovem. Acho que por isso há um grande interesse dos mais jovens sobre esse assunto. E o último é ruim, acho ruim embora eu pesquise a história do tempo presente: muitos alunos de História acham que é mais fácil pesquisar temas recentes porque não têm de recorrer à paleografia. Se você vai ler um documento do século XVI, XVII e XVIII, mesmo em português, você não entenderá nada, a não ser que estude paleografia. Aí, naquele afã do bacharelado, de precisar fazer a monografia, ter de fazer o projeto para o mestrado: “Bom, é mais fácil estudar uma coisa que não tenha essa dificuldade técnica e metodológica”. Então a gente percebe, até na coordenação da Área de História junto à CAPES, que há um volume grande de projetos de história contemporânea e republicana do Brasil, em detrimento da história colonial e imperial, o que é uma pena, não é bom, mas também ajuda a explicar esse interesse pela ditadura militar.

Entrevistador 5: Existe uma pressão pela abertura dos arquivos do período militar. Recentemente, a Aeronáutica liberou “gentilmente” um lote de documentos sobre óvnis no Brasil que fez a alegria dos ufólogos, mas não contribuiu muito para um maior conhecimento daqueles anos. A Comissão da Verdade questionou a Força Aérea sobre o uso de suas instalações para prática de tortura, especialmente no caso de Stuart Angel Jones. Em nota à imprensa, o brigadeiro Juniti Saito afirmou o seguinte: “Não houve desvirtuamento de um local público estabelecido pela base aérea do Galeão no período em questão, que pudesse configurar desvio de sua identidade regulamentada. Respeitosamente – Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica”. Esse cinismo das autoridades

militares atuais em relação a este passado discricionário das Forças Armadas, possibilita tirar que conclusões? Como a Comissão da Verdade tem lidado com essas situações?

Carlos Fico: Acho que é expressão de uma desfaçatez. Esses comandantes militares que negam a existência de tortura ou que as instalações foram usadas para tortura e outros crimes estão mentindo, são mentirosos e deveriam ser punidos pela lei. Uma declaração como essa deveria ser encarada pela Presidência da República como uma afronta. Eles deveriam ser demitidos, mas isso não acontece porque as autoridades civis são lenientes e irresponsáveis também, cometem o mesmo tipo de crime. Então eu só lamento que a Presidência da República e esses comandantes militares atuem impunemente dessa maneira vergonhosa. Mas o que a gente pode fazer? A gente pode entrar na justiça contra eles, eu não tenho ânimo de fazer isto, mas alguma entidade, alguma ONG poderia reunir evidências, que são milhares, e confrontar essas autoridades públicas por crime e mentira ao público. Por outro lado, eu acho que a Comissão Nacional da Verdade fez um requerimento muito ingênuo, burocratizado, perguntando se as instalações tiveram desvio da sua função original, uma pergunta mal formulada, que enseja esse tipo de resposta mentirosa. Então os dois lados estão conduzindo a questão de uma maneira muito ruim segundo eu posso avaliar. Eu lamento muito. A Aeronáutica, tempos atrás, antes dessa documentação ridícula sobre objetos voadores não identificados, liberou uma documentação do CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), mas completamente expurgada, como a gente diz tecnicamente, saneada, ou seja, eles retiraram todos os documentos comprometedores. É visível até na avaliação da documentação, páginas e páginas foram removidas. Também é um crime, previsto em lei, você fraudar acervos públicos e, sobretudo, de natureza sigilosa. São crimes e, portanto, eles deveriam ser punidos pela lei, mas não há iniciativa nem do poder público, nem da população que não se interessa muito por esse assunto. E com o passar do tempo a gente também vai ficando um pouco cansado de tomar iniciativas, mas talvez pessoas mais animadas pudessem fazê-lo porque são crimes, crimes inclusive contra a segurança nacional, porque fraudar uma documentação que outrora foi sigilosa é um crime gravíssimo,

sem que isso tenha sido registrado em ata. Onde estão as atas de descarte da documentação do CISA que claramente foi descartada? O comandante militar da Aeronáutica é responsável por isso, ele é responsável e poderia ser punido, deveria ser punido por isso. Por que é muito fácil provar que a documentação foi fraudada e ela estava sob a guarda do comandante e de seus antecessores, todos poderiam ser punidos por isso. Onde estão as atas? Ele perdeu as atas do descarte? Então ele teria que vir a público se explicar, mas o Brasil não tem uma cultura política de cobrança das autoridades públicas, especialmente quando se trata de autoridades militares em relação às quais essa geração que está no poder tem muito medo. A geração que está no poder hoje em dia, inclusive de esquerda, do PT, e mesmo antes, do PSDB, viveu uma relação muito negativa com esses militares e, obviamente, guarda ainda certo receio de confrontá-los, como se eles fossem capazes ainda de fazer qualquer coisa. Isso é muito negativo, é um problema grave para a consolidação da democracia brasileira, a ausência de prevalência do poder civil sobre o militar. Veja o Ministério da Defesa: é um ministério frágil. Os comandantes militares podem vir a público e falar as maiores barbaridades, como essas do ministro da Defesa, que aliás eu nem sei quem é, e nada acontece. Isso é expressão de uma fragilidade da democracia brasileira. Eu acredito que isso seja motivado em parte pela relação mal resolvida da geração atualmente no poder com o passado militar. Veja o Congresso Nacional: em outros países há comissões parlamentares que têm acesso à documentação sigilosa e aqui ninguém sabe disso. O governo brasileiro continua produzindo documentos sigilosos, como deve ser mesmo. Mas, em outros países, os congressos, os parlamentos, têm parlamentares que são especialistas nisso e que acompanham tudo para evitar exageros. Por que a tendência de qualquer governo é produzir em excesso esses papéis secretos. A gente não tem nada disso aqui. Até recentemente, na gestão do Nelson Jobim no Ministério da Defesa, a gente não tinha uma política nacional de defesa. Qual é o papel dos militares no Brasil hoje? Tudo isso ainda é expressão da fragilidade institucional do Brasil, que esses crimes tenham sido cometidos por comandantes militares que acobertaram a documentação e a fraudaram. Eles vêm a público, confessam e tudo continua bem.

Entrevistador 4: Nesse ponto o Brasil se diferencia muito da Argentina?

Carlos Fico: Não, a Argentina é pior.

Entrevistador 4: Mas a Argentina teve um processo de punição de militares.

Carlos Fico: As juntas militares foram julgadas e punidas, nesse sentido alguns analistas avaliam que isso foi um avanço em relação ao Brasil. Não sei bem como avaliar isso, se foi um avanço ou se não foi, mas o fato é que aconteceu essa punição. No entanto, no que diz respeito à documentação, a situação do Brasil, por incrível que pareça, é melhor, porque a documentação na Argentina realmente se perdeu. Aqui no Brasil a gente tem um acervo muito grande ainda a ser pesquisado, apesar das restrições.

Entrevistador 2: O professor estava falando sobre a falta de prevalência do poder civil sobre o poder militar e sobre democracia. O atual aparato policial brasileiro exerce uma prática violenta, com uso de tortura e outras violações, especialmente contra as classes populares e nos remete aos tempos das ditaduras brasileiras. De que maneira o estado democrático poderia remover esse entulho autoritário do cotidiano dos cidadãos brasileiros?

Carlos Fico: Eu não acho que a brutalidade da polícia civil e militar remeta ao período autoritário. Essa brutalidade existe desde muitos anos. A polícia civil e militar brasileira é mal preparada e violenta, sobretudo contra pobres e negros, há muitas décadas, bem antes do inicio da ditadura militar. Isso é uma concessão que a elite brasileira faz às suas polícias: a elite brasileira permite que a polícia trate com brutalidade os pobres e negros. Por uma série de razões, razões de elitismo, de manutenção de privilégios e de coisas dessa natureza. Se você aparece diante da polícia de terno e gravata e é branco você é tratado de uma maneira, como doutor. E se você é negro e está vestido modestamente e aparece diante da polícia, você é tratado com desrespeito, ignorância e brutalidade. Isso é expressão não só de despreparo e de uma tradição de brutalidade e acontece não só no Brasil, diga-se de passagem, mas também de uma sociedade que é autoritária, cujas elites são autoritárias e discriminárias, inclusive no trato dessas elites com os seus semelhantes, iguais, funcionários, empregados etc. Então isso não decorre da

ditadura militar. Agora, durante a ditadura militar essa situação se agravou muito, se agravou por conta da extrema militarização. É um pouco redundante dizer isso das polícias militares, já que são militares mesmo, e também de uma coisa que é grotesca no Brasil e que, aí sim, decorre muito da fase militar que é a seguinte: os prefeitos, por exemplo, não têm nenhuma relação com a polícia, não podem mandar nada na polícia. Imagina o prefeito do Rio de Janeiro, de São Paulo, que tem de lidar com a segurança pública. Eles, no máximo, criaram as guardas municipais desarmadas, uma tradição recente no Brasil, mas eles não têm ascendência sobre a polícia civil e militar. Quem cuida disso é o governador. E durante a ditadura militar, os governadores, os políticos civis que sempre foram vistos como despreparados pelos militares, foram desacreditados. Isso se expressou no caso dos governadores estaduais pela necessidade deles obterem autorização para nomear o comandante da polícia militar e o secretário de segurança pública. Essa intromissão do governo federal durante a ditadura militar no tratamento da segurança pública foi muito prejudicial e agravou bastante a longa tradição de despreparo e brutalidade das polícias. Mas eu acho que esse despreparo e brutalidade não têm origem na ditadura militar. É um traço muito longevo da sociedade brasileira.

Entrevistador 5: E como é que fica, portanto, a questão da desmilitarização? Há um grande movimento que vincula a atual polícia militar à ditadura, como fosse um dos maiores resquícios da ditadura.

Carlos Fico: Eu acho que a desmilitarização da polícia seria uma coisa ótima. A gente teria de ter uma polícia preparada que soubesse lidar com manifestações sociais, que soubesse tratar de maneira equânime as pessoas, fossem elas pobres ou ricas. Isso é um paraíso, seria um sonho. E a desmilitarização pode ajudar muito. É necessário haver alguma polícia militar, em todos os países existe isso, mas fortalecer a polícia federal, fortalecer o Ministério Público e fazer uma polícia científica no contexto da Polícia Civil para, sobretudo, prevenir o crime e não para coibir os crimes após ocorrerem. Isso tudo seria maravilhoso. Mas eu não creio que a gente deva vincular isso à ditadura militar, como se a ditadura tivesse causado esse problema tão grande do Brasil. É uma coisa

que existia antes. A brutalidade da polícia, por exemplo, durante o Estado Novo, era uma loucura. O que houve de novidade durante o regime militar, não foi no contexto das polícias, nem civil e nem militar, foi no contexto dos militares. As Forças Armadas brasileiras nunca haviam participado diretamente das ações de tortura e repressão política, então isso as marcou negativamente de maneira indelével até hoje. O grande prejudicado então, se a gente pode dizer assim, ou quem se comprometeu gravemente, dizendo melhor, foram as Forças Armadas quando entraram nessa onda de brutalidade e de violência clandestina. Muita gente fala assim: “Os militares brasileiros foram treinados pelos norte-americanos para tortura” lá no Panamá. Isso é um pouco de mito porque esses militares aprenderam a torturar com a polícia civil que já torturava desde sempre. Quem saiu perdendo na batalha da imagem foram os militares porque se meteram nessa coisa tão condenável da tortura e do desaparecimento.

Entrevistador 3: A respeito dessa imagem dos militares que saíram perdendo. É de conhecimento público que os militares sejam os vilões, mas tenho percebido isto mudar um pouco nos últimos anos, e até mesmo nos últimos meses, inclusive por parte imprensa. É feita uma propaganda contra o governo, e neste caso específico, o mensalão é utilizado como um dos argumentos, como se o PT tivesse criado a corrupção e antes disso ela nem sequer existisse. E nós sabemos que durante a ditadura militar o governo controlava a propaganda e as informações que deveriam ser coerentes com a ditadura e, desta forma, os sinais de corrupção eram ocultados. Apesar disso, temos visto Marchas da Família e uma ascensão da direita conservadora, sendo que muitas pessoas se assumem de direita e não têm vergonha de afirmar que gostariam de ver os militares de volta ao poder. Como o professor percebe este fenômeno da direita? Como percebe esse desejo de volta da ditadura militar, até mesmo por parte de pessoas que eram crianças na época ou nem mesmo haviam nascido?

Carlos Fico: Existe um lado um pouco folclórico nisso. Esse movimento recente de tentativa de revitalização das marchas fracassou e não conseguiu animar as pessoas. Tem um aspecto ridículo nisso. Por outro lado, não acho que seria totalmente ruim que houvesse uma

direita e que se assumisse como tal. No Brasil todo mundo nega isso, mas como você disse, nos últimos anos têm surgido manifestações de grupos claramente de direita, inclusive também de jornalistas e me parece que há um nicho eleitoral bastante promissor para esses grupos. É uma especulação, não tem nenhuma estatística sobre isso. O que faltaria, parece, é o surgimento de lideranças políticas que conduzam esses grupos. Então é uma coisa relativamente natural que haja manifestações políticas da direita, que se organizem e isso é uma tendência mundial, inclusive no contexto da imprensa, no contexto de grupos informais que vão se articulando. Eu noto mais isso aqui no Brasil no caso da imprensa, de vários comentaristas que claramente assumem posições típicas de direita, o que é legítimo, politicamente legítimo. Eu até acho que é razoavelmente saudável, sobretudo se essas pessoas canalizarem sua ação para o espaço político-partidário e não para o espaço da demanda golpista, como foi esse pessoal mais folclórico que tentou reviver as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, mas que fracassaram e não deu em nada. Existe uma dimensão que é um pouco burlesca, cômica e tem uma dimensão que eu acho que é legítima. Outro dia fui em um programa da GloboNews, que é o Manhattan Connection. Dei uma entrevista sobre esses temas e a repercussão foi muito grande, nem tanto pela minha participação, mas porque um desses jornalistas que tem posições polêmicas, lidas como de direita, me perguntou qualquer coisa, aí eu respondi e depois as pessoas ficaram muito satisfeitas achando que eu havia dado uma resposta dura. Eu não via esse programa havia muitos anos, desde a época do Paulo Francis, e eu nem sabia que o jornalista era tão detestado assim, justamente porque assume publicamente essas posições. Não sei se ele é assim só para polemizar, mas ele assume tais posições que têm um viés de direita ou mais conservador, ou que confronta as posições dos grupos mais à esquerda, e me parece que é uma coisa legítima, desde que, naturalmente, não transborde para uma atitude golpista, porque aí é crime.

Entrevistador 3: Como dito, existe quem afirme que seja mesmo de direita e conservador. Porém, também há quem afirme certa neutralidade, onde não exista direita ou esquerda. Os que se posicionam dessa forma conseguem muitos adeptos, pois parecem

discursar pelo bem do povo. O discurso é sempre pelo bem do povo, do país. Mas, não tem nada de neutro, pois é nitidamente ideológico. O professor não percebe um perigo nessa posição?

Carlos Fico: Não vejo perigo nisso. É um discurso bem típico de direita negar a existência de clivagens sociais, ideológicas, doutrinárias. “Não existe direita ou esquerda”. Em geral, quem diz isso é da direita, aquilo que nós classificamos como direita. É um argumento um pouco difícil de sustentar quando você analisa as posições históricas em favor de transformações sociais. É fácil classificar as pessoas segundo essa dicotomia de direita ou esquerda. É claro que tem limitações, mas para o senso comum não é muito difícil identificar posições mais favoráveis à distribuição de renda, à justiça social e as posições mais conservadoras em relação a esses temas. Regra geral, a negação de que exista direita ou esquerda vem do discurso da direita. Ajuda, inclusive, como tipologia política.

Entrevistador 4: O professor com certeza acompanhou as polêmicas declarações que o Ronaldo Vainfas fez no Facebook acerca da imagem que a ditadura possuiria no pensamento da esquerda. Ele disse que a ditadura não foi cruel, que não foi aquilo que se tem dito por aí. Ele quis dar uma conotação um tanto de esquerda à perspectiva em relação ao passado da ditadura. Ele dizia que, enquanto estudante no Rio, não sofreu perseguição; liam Marx, faziam um monte de coisas e que nunca houve censura e que esta perspectiva negativa da ditadura é mais política do que necessariamente pesquisa acadêmica. Ele fala também de uma perspectiva esquerdizante, dos falsos perseguidos, da bolsa-ditadura, etc. E aí surge uma série de críticas a ele em função dessas declarações. Como distinguir perspectiva ideológica, política em relação ao passado de uma pesquisa acadêmica? Até que ponto é pesquisa acadêmica?

Carlos Fico: É fácil distinguir as duas coisas. Certamente essa declaração do Ronaldo não é uma pesquisa acadêmica, é uma opinião pessoal dele. O Ronaldo Vainfas é um dos grandes historiadores brasileiros e eu fico muito feliz em saber que ele não sofreu durante a ditadura militar e acho que essa foi uma declaração infeliz dele. Todos nós estamos sujeitos a dar declarações infelizes em

algum momento, é uma coisa que acontece, pode acontecer com qualquer um e para mim não desabona em nada sua trajetória de grande pesquisador, de grande historiador. E a gente deve muitas contribuições a ele. Foi apenas uma declaração muito infeliz.

Entrevistador 4: Obrigado, professor Carlos Fico, pela entrevista!

ECHOES OF A RECENT DICTATORSHIP: INTERVIEW WITH CARLOS FICO

Abstract: Carlos Fico is Professor of History of Brazil at the Federal University of Rio de Janeiro and current coordinator of CAPES history area. He has studies about the Republican Brazil's period and researches on historiography, military dictatorship, popular riots and political history of the United States during the Cold War. Maintains contact with the wider audience through texts and videos published in newspapers, social networks and on his blog called Recent Brazil.

Keywords: Brazilian military dictatorship. Everyday life. Censorship. Repression.

Notas

¹ REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

² CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2001.